



Senadores querem garantias para a expansão da internet 4G

José Cruz/Agência Senado



Com o lançamento do edital do leilão para a internet de quarta geração, parlamentares querem o diálogo entre empresas e governo para estabelecer metas de expansão do serviço

Senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia, que vêm acompanhando o processo de expansão da banda larga 4G, esperam que o debate continue após o leilão da faixa de 700 mega-hertz. Eles dizem que é preciso ter garantias de que

as empresas vão investir para alcançar a ampliação da infraestrutura. Além disso, defendem que empresas vencedoras e o governo estabeleçam metas e que haja linhas de crédito para compra de equipamentos para avançar a expansão. O leilão está marcado para 30 de setembro. **3**

Walter Pinheiro e Anibal Diniz dizem que o acompanhamento do processo de expansão da banda larga pela comissão vai continuar após o leilão

Proposições terão menos cópias

O Senado reduzirá de três para um o número de cópias exigidas na apresentação de proposições, como projetos de lei e requerimentos. A mudança vale a partir de 1º de setembro e se integra às metas de economia e de sustentabilidade ambiental

que vêm sendo adotadas pela Casa. O secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, acredita que a cópia única também possa ser eliminada em breve, devido à possibilidade de disponibilização imediata do conteúdo da proposição em meio digital. **2**

DataSenado: 95% dos entrevistados apoiam fiscalização da CBF **4**

Debate revela tensão entre opiniões divergentes sobre usos da maconha **4**

Texto cria comenda para atletas

Washington Alves/AGF/COB



Em 2012, equipe feminina de vôlei conseguiu ouro na Olimpíada

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa a instituição de premiação do Senado para valorizar as conquistas dos atletas brasileiros que vão participar dos Jogos Olímpicos de 2016. Objetivo é estimular um melhor desempenho nos esportes de alto nível. **4**



Gerardo Magela/Agência Senado

Presidente da CPI mista, Vital do Rêgo (D) ouve Paulo Roberto Costa na CPI do Senado, em junho

CPMI da Petrobras pode convocar autor de empréstimo suspeito

O empresário Marcelo Barboza Daniel pode ser convocado pela CPMI da Petrobras. Ele é suspeito

de ter emprestado R\$ 1,9 milhão, como propina, ao ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. **2**

Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **íntegra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a participação de especialistas em livres debates sobre grandes temas nacionais.



Faça o download em <http://bit.ly/1e5WFGZ>



Secom | Criação e Marketing

CPI mista pode convocar suspeito de pagar propina

Senadores e deputados analisam requerimento que pede a convocação do empresário Marcelo Barboza Daniel, suspeito de ter pagado propina a Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da estatal

O DEPUTADO RUBENS Bueno (PPS-PR) apresentou à CPMI da Petrobras pedido para convocação do empresário Marcelo Barboza Daniel, suspeito de ter emprestado R\$ 1,9 milhão ao ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa, que está preso sob a acusação de integrar esquema de corrupção. Além disso, segundo investigação do Ministério Público Federal (MPF), Marcelo Barboza doou R\$ 1 milhão a Humberto Sampaio de Mesquita, genro de Costa.

Ao justificar o requerimento, Rubens Bueno sustenta que os indícios apontam para a participação de Marcelo Barboza no esquema de corrupção que se instalou na Petrobras. O requerimento deve ser analisado na próxima reunião da CPMI, marcada para o início de setembro.

O MPF investiga também se o empréstimo e a doação foram feitos para justificar um possível repasse de propina a Paulo Roberto Costa, uma vez que empresas de consultoria de Marcelo Barboza e Humberto Sampaio de Mesquita tinham como clientes construtoras contratadas com o

objetivo de executar obras para a Petrobras.

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa foi preso em 20 de março, acusado de destruir provas sobre o envolvimento dele no esquema de corrupção comandado pelo doleiro Alberto Youssef.

Costa ficou preso até 19 de maio, quando ganhou a liberdade por decisão do ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal. Em 11 de junho, um dia após ter prestado depoimento à CPI do Senado, foi novamente preso após o MPF ter descoberto que ele mantinha dólares no exterior.

Aos senadores, Paulo Roberto Costa disse que não sabia que Youssef era doleiro e negou irregularidades no

patrimônio das filhas e dos genros.

A CPMI da Petrobras funciona paralelamente à CPI do Senado, constituída para apurar as mesmas denúncias. A oposição participa apenas da CPMI, sob o argumento de que a CPI do Senado só foi criada para ficar sob o controle absoluto do governo e, assim, impedir qualquer investigação.

As duas comissões de inquérito têm a missão de investigar denúncias de superfaturamento na construção de refinarias, falhas no lançamento de plataformas ao mar, prejuízos sofridos pela Petrobras na compra de Pasadena (EUA) e suposto pagamento de propina a funcionários para o fechamento de contratos.



Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, está preso, acusado de corrupção



O uso excessivo de papel, antieconômico, vem sendo combatido pelo Senado

Senado reduz número de cópias para proposições

A partir de 1º de setembro, o Senado reduzirá a quantidade de cópias na apresentação de projetos de lei e requerimentos à Secretaria-Geral da Mesa. De acordo com norma (IN SGM 2/2014) publicada segunda-feira, as proposições terão apenas uma cópia, em vez das três atuais.

— Essa exigência tornou-se obsoleta, antieconômica e contrária às metas de sustentabilidade ambiental adota-

das pelo Senado — afirmou o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira. Ele ressaltou a possibilidade de disponibilização imediata do conteúdo em meio digital e disse esperar que essa cópia única também possa ser eliminada em breve.

Em 2013, foram apresentadas 4.353 proposições, desde requerimentos com uma página até projetos de lei com centenas de laudas.

Horário flexível para A Voz do Brasil divide opiniões

Não há consenso na sociedade sobre possibilidade de os 60 minutos do programa de rádio *A Voz do Brasil* poderem ser transmitidos entre as 19h e as 22h, conforme projeto aprovado pelo Senado que está em exame na Câmara. Para o *Especial Cidadania* publicado

ontem, o *Jornal do Senado* entrevistou senadores, ouvintes e representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV. As entrevistas podem ser conferidas na internet.

Vídeo com as entrevistas: <http://bit.ly/CidadaniaVozBrasil>

Aureliano Chaves é homenageado no Plenário

Em pronunciamento na tribuna do Senado, ontem, José Sarney (PMDB-AP) fez uma homenagem a Aureliano Chaves, ex-vice-presidente da República, falecido em 2003.

Sarney lembrou que Aureliano Chaves, a quem classificou de “um grande patriota”, foi personagem importante no processo de transição entre o regime militar e a abertura democrática, no início dos anos 80.

— Sem ele, nós não teríamos feito isso. Foi ele, com a sua autoridade de vice-presidente, que teve a coragem de desejar para o país uma outra solução, que fosse a da plenitude de-

mocrática — recordou Sarney.

Segundo o senador, foi de Aureliano Chaves que partiu a iniciativa de compor a frente política que viabilizou a vitória de Tancredo Neves nas eleições indiretas de 1985. Sarney também reafirmou que a entrada dele na chapa de Tancredo naquelas eleições, como candidato a vice-presidente, foi orquestrada por Chaves.

Aureliano Chaves foi ainda ministro de Minas e Energia do governo de José Sarney, fato que o senador também destacou.

— Prestou grandes e relevantes serviços ao país.

Vislumbrou as possibilidades que o Brasil teria nas energias alternativas e dedicou-se em grupos de formação de experts para estudar esse assunto — recordou.

Em aparte, Antônio Aureliano (PSDB-MG), filho de Aureliano Chaves, agradeceu as palavras do colega.

— Meu pai sempre procurou evitar os elogios, mas sei que, onde quer que ele esteja neste momento, está sentindo plenitude por ser reconhecido na tribuna por uma pessoa de tamanha importância — disse o senador, também lembrando que Sarney já ocupou todos os cargos da política brasileira.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a sessão plenária. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Edital do leilão da internet banda larga 4G já está publicado. Parlamentares apontam a necessidade de oferta de garantias pelos vencedores e de conversa entre empresas e governo

Senadores querem diálogo para expansão do 4G

A AGÊNCIA NACIONAL de Telecomunicações (Anatel) publicou na quinta-feira o edital para o leilão de ocupação da faixa de frequência de 700 mega-hertz para o serviço de internet de quarta geração (4G) no Brasil. Senadores que vêm participando da discussão do assunto prometem acompanhar de perto o processo. O leilão deve ocorrer no dia 30 de setembro.

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) promove audiências públicas para ouvir a avaliação de representantes de empresas, autoridades e especialistas do setor desde o ano passado. O leilão do 4G também foi discutido no Conselho de Comunicação Social do Congresso, que alerta para o risco de o uso dessa faixa provocar interferência na TV digital. A Anatel, entretanto, garante que a banda larga de quarta geração não prejudicará transmissões de TV.

Para o senador Walter Pinheiro (PT-BA), é preciso buscar garantias dos vencedores do leilão e estabelecer um diálogo entre o governo e as empresas para ajudar na definição de

metas e compromissos.

— Elas precisarão ter acesso a crédito para comprar equipamento, avançar em infraestrutura, poder investir — observou.

O senador menciona como recurso facilitador do processo a aprovação da Lei Geral das Antenas (PLS 293/2012), que deve incentivar a instalação de torres de transmissão e, assim, contribuir para que as empresas de telecomunicações façam mais investimentos.

O senador Anibal Diniz (PT-AC) também destaca a necessidade de acompanhar o processo de expansão, classificando o assunto como “da máxima preocupação”.

— Esperamos novas condições criadas para a expansão desse serviço. A tecnologia 4G vai dar um salto de qualidade nas transmissões de dados por telefonia e internet. Estamos esperançosos de que a banda larga possa ser uma realidade no Brasil — diz.

A CCT promove na sexta-feira, na Assembleia Legislativa da Bahia, em Salvador, o 2º Encontro de Avaliação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).



Walter Pinheiro e Anibal Diniz durante reunião da CCT: senadores querem acompanhar de perto leilão para expansão do 4G

Entenda o leilão da internet de banda larga

O novo leilão da internet de banda larga 4G tem como objetivo destinar a faixa de frequência de 700 MHz à expansão dos serviços de última geração, que garantem maior velocidade e capacidade de transmissão.

O 4G já está disponível em grandes centros urbanos, mas na frequência de 2,5 GHz, que inviabiliza a expansão do serviço a todo o território nacional. A faixa de 700 MHz, que será leiloada em 30 de setembro, é

considerada mais indicada por exigir menos estrutura física para a transmissão de dados.

A faixa de 700 MHz é ocupada hoje pela TV analógica, em processo de substituição pela TV digital que deve ser concluído até 2016.

Um problema apontado por especialistas é que o 4G e a TV digital ocuparão espaços muito próximos do espectro, o que provocaria interferências. A solução foi exigir das empresas

concorrentes no leilão investimentos em soluções como filtros de sinal e em infraestrutura de transmissão mais eficiente.

Além disso, as empresas ficarão, como contrapartida, responsáveis por bancar boa parte do processo de digitalização do sinal televisivo. Isso virá, por exemplo, na compra de conversores de sinal para televisores domésticos, que o governo distribuirá entre os beneficiários do Bolsa Família.

Uso da faixa de 700 MHz pela rede 4G traz preocupações técnicas

As empresas de telefonia vencedoras do leilão terão a responsabilidade de promover a “limpeza” da faixa de 700 MHz e garantir a mínima interferência possível no sinal da TV digital. Olímpio José Franco, presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET) e participante de audiências realizadas pela CCT no Senado,

também pede atenção a esse trabalho.

— As condições do edital estão bastante razoáveis, mas a atuação das empresas é a questão. Precisamos acompanhar — diz.

Anibal Diniz reitera que apoia o leilão, mas ressalta a necessidade de não haver prejuízo à TV digital.

— Estudaremos a matéria

para definir uma posição. Se houver pontos falhos, teremos que estudar um caminho.

Anibal trabalha com a hipótese da convocação de novas audiências públicas com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e com o Ministério das Comunicações. O parlamentar descarta, no entanto, qualquer providência que atrase

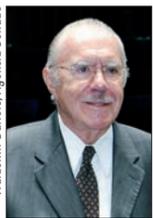
o andamento do processo de expansão.

Outro ponto importante do leilão, levantado pelo Ministério das Comunicações e pelo Exército em audiência realizada na CCT, é a exigência de reserva de trechos da faixa de frequência que não poderiam ser leiloados. Essas subfaixas serviriam para ações de segurança pública, tanto das

Forças Armadas quanto das polícias.

O texto do edital do leilão não trata desse tema. Segundo a Anatel, a providência já havia sido tomada no final de 2013, por meio da Resolução 625, que destina duas subfaixas de 5 mega-hertz para “aplicações de segurança pública, defesa nacional e infraestrutura”.

Política melhora condições de vida da população, diz Sarney



José Sarney (PMDB-AP) disse ontem que a transição democrática vivida pelo país nos anos 1980 foi exitosa, pois permitiu a elaboração de uma Constituição que deu

estabilidade política. Resolvidas dificuldades econômicas como a inflação, disse, o país pôde investir em setores como saúde e educação. Para Sarney, a atividade política é essencial ao país.

— Nós não pensamos em nada pessoal. Lutamos por um projeto no qual não temos nenhuma participação, mas apenas para melhorar o país — disse.

No discurso, o senador também elogiou a ex-secretária-geral da Mesa do Senado Claudia Lyra, candidata a deputada federal pelo Distrito Federal.

Fleury cobra mais atenção do Senado à acessibilidade



Fleury (DEM-GO) cobrou ontem mais atenção da Mesa do Senado à acessibilidade. O senador, que é cadeirante, disse ter se decepcionado com a estrutura da Casa,

que não é totalmente adaptada para pessoas com deficiência.

— Eu não tenho como ir à Mesa. Fui duas vezes e precisei ser carregado. As dificuldades aqui ainda são grandes.

O senador diz ter se colocado à disposição para auxiliar o Senado nas mudanças necessárias para que pessoas com deficiência possam ter pleno acesso às dependências da Casa. Como exemplo do que ainda precisa melhorar, citou o acesso às áreas destinadas à imprensa e às autoridades.

Kaká propõe fortalecer comitê da Bacia do Rio São Francisco



Kaká Andrade (PDT-SE) apresentou projeto que limita o poder absoluto do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), órgão responsável pela coordenação e controle de operação, geração e transmissão de energia elétrica.

O projeto altera a lei que instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, exigindo que seja o comitê da Bacia do São Francisco o responsável pela decisão de alterar a vazão em reservatórios reguladores abaixo dos patamares mínimos.

Kaká disse que o ONS autorizou a diminuição da vazão mínima em Sobradinho (BA), comprometendo o Rio São Francisco.

Aureliano pede apoio a projeto de lei que incentiva equinocultura



Antônio Aureliano (PSDB-MG) pediu apoio, em Plenário, a projeto de lei de autoria dele destinado a criar um marco regulatório para a equinocultura. A pro-

posta institui um grupo de trabalho para tratar do tema.

Segundo o senador, o setor responde por 3,2 milhões de empregos e movimentará R\$ 7,3 bilhões anualmente no Brasil. O país tem o maior rebanho da América do Sul e o terceiro do mundo, com 8 milhões de cabeças.

— Apesar da importância dos equídeos, a legislação brasileira não contempla dispositivos de planejamento, de acompanhamento, de controle e de estímulo à equinocultura — disse.

Três participantes de debate realizado na segunda-feira pediram a prisão de um dos presentes que afirmara ter um contato para importar a substância derivada da maconha

Importação do canabidiol causa polêmica

NO DEBATE QUE a Comissão de Direitos Humanos (CDH) fez na segunda-feira sobre a regulamentação da maconha, participantes contrários à liberação da droga pediram a prisão de um dos presentes com a alegação de que ele estaria oferecendo uma substância proibida. A confusão começou quando Cassiano Teixeira, que relatou usar o canabidiol (CBD) de forma terapêutica, disse que poderia ajudar outras pessoas a conseguir o composto.

— Meu irmão também é epilético, minha mãe também sofre com doenças. Eu uso o CBD. Eu tenho o contato. Quem precisar de CBD pode falar comigo — disse Teixeira, que antes havia criticado o “uso abusivo” da maconha.

Depois dos comentários de outros presentes, o participante Marlon Gustavo pediu a prisão de Teixeira, alegando que a venda do CBD ainda não é regulamentada no país.

— Ele falou que ele tinha, em cadeia nacional, fez chacota com esta Casa dizendo que ele poderia servir — afirmou Marlon.

Outros dois participantes, que se identificaram como promotor de Justiça e policial civil, apoiaram a prisão de Teixeira. No entanto, Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidia o debate, disse que qualquer providência, se fosse o caso, não caberia aos presentes.



Composto usado no tratamento de pacientes com crises convulsivas graves foi o principal tema de audiência pública presidida por Cristovam Buarque (C)

— Eu sou o zelador da liberdade aqui dentro. E ele [Cassiano] veio convidado para dizer o que ele pensa — ressaltou o senador.

Atualmente, o canabidiol consta da lista de substâncias psicotrópicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), tendo o comércio proibido. Pessoas que fazem uso terapêutico do composto precisam de autorização da agência ou da Justiça ou importam à margem da lei.

A Anvisa discute a mudança da classificação do CBD para a lista de

substâncias sujeitas a controle especial. A questão, porém, foi tratada pela última vez em 29 de maio. A demora foi criticada por Sheila Geriz, uma das mães que conseguiram liminar da Justiça Federal da Paraíba, na semana passada, autorizando a importação do CBD para 16 pacientes neurológicos: 12 crianças, 2 adolescentes e 2 adultos. Sheila contou que, desde o final de maio, o filho dela teve em torno de 1,3 mil crises convulsivas.

— Hoje é o aniversário dele e nós estamos aqui, senador, porque essa

é a nossa vida, é a vida dos nossos filhos — disse.

Na audiência, Cristovam disse que deve separar a discussão em dois temas: uso recreativo e uso medicinal. Relator de uma sugestão popular para regulamentação da maconha (SUG 8/2014), ele quer apresentar primeiro um projeto de lei que contemple o pedido de liberação feito pelas famílias de pacientes que sofrem com enfermidades como epilepsia grave, esclerose múltipla, esquizofrenia e mal de Parkinson.

Senado analisa prêmio para atletas

Como forma de motivar os atletas que representarão o país nos Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, o Senado estuda a instituição de um prêmio que valorize os esforços e as conquistas deles. Trata-se da Comenda do Mérito Olímpico, proposta por Gim (PTB-DF).

O projeto de criação da Comenda do Mérito Olímpico (PRS 84/2013) está na Comissão de Educação (CE), onde foi relatado por Wellington Dias (PT-PI). A honraria seria concedida pelo Senado a desportistas que tenham se destacado em competições olímpicas e paraolímpicas.

De acordo com o projeto, a comenda será entregue aos agraciados pela Mesa Diretora da Casa e virá acompanhada de um diploma de menção honrosa. Ainda segundo a proposta, uma sessão especial do Senado será convocada para a cerimônia de concessão da homenagem.

Abaixo do potencial

Gim, idealizador da proposta, acredita que o esporte brasileiro tem muito potencial não realizado. “Nossos resultados no campo esportivo ainda não refletem a nova posição que ocupamos no cenário internacional. Não obstante haja uma cultura esportiva

bastante disseminada no país, somos deficientes no campo da preparação de atletas de alto rendimento”, acredita o senador.

Ele analisa o desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de 2012, em Londres (Inglaterra), quando os atletas, juntos, ganharam 17 medalhas (3 de ouro, 5 de prata e 9 de bronze). O país alcançou a 22ª colocação geral no quadro de medalhas. “Essa marca está, evidentemente, muito aquém do nosso potencial”, afirma Gim.

Já nos Jogos Paraolímpicos do mesmo ano, o Brasil obteve 43 medalhas: 21 de ouro, 14 de prata e 8 de bronze. Foi o sétimo melhor desempenho da competição.

O autor menciona também o Plano Brasil Medalhas 2016, iniciativa do Ministério do

Esporte que busca colocar o Brasil entre as dez melhores nações nos Jogos de 2016 e entre as cinco nos Jogos Paraolímpicos — ambos os feitos seriam inéditos para o esporte brasileiro. O plano prevê a injeção de R\$ 1 bilhão na preparação das modalidades com mais chances de medalha.

Para Gim, o Senado também precisa fazer sua parte para incentivar os atletas. O senador crê que a comenda contribuirá para o reconhecimento dos feitos dos desportistas brasileiros.

Como o texto original da proposta não instituía uma periodicidade para a entrega da Comenda do Mérito Olímpico, o relator, Wellington Dias, acrescentou uma emenda tratando desse aspecto. Ele sugere que o prêmio seja concedido anualmente.



Emanuel e Alison, do vôlei de praia, ganharam prata nas Olimpíadas de 2012



A Granja Comary e outros bens da CBF devem ser fiscalizados, segundo enquete

Fiscalização da CBF tem apoio de 95% em enquete

Projeto que submete a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) à fiscalização de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) registrou apoio de 95% dos internautas em enquete feita na primeira quinzena de agosto pelo DataSenado, em parceria com a Agência Senado. A proposta é do senador licenciado Alvaro Dias (PSDB-PR). No total, 898 internautas opinaram. Apenas 5% dos votos foram contrários à fiscalização pelo TCU.

O projeto obriga a CBF a encaminhar anualmente as contas ao TCU. Também exige o envio de informações à Receita Federal, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e à autoridade monetária. As

federações estaduais passam a ter obrigações semelhantes.

Caso deixem de cumprir as disposições, as entidades ficarão sujeitas à suspensão de benefícios concedidos pelo governo federal ou pelos entes federativos, além das transferências de loterias.

Além de defenderem fiscalização da CBF, participantes pediram prestação de contas pelos clubes. “Sou a favor da fiscalização da CBF pelos órgãos de controle. E sou também a favor da fiscalização dos 50 principais clubes brasileiros pelos órgãos de controle”, disse Arthur Ferreira, de Campina Grande (PB).

Os resultados representam a opinião de quem votou, não sendo possível extrapolá-los para o resto da população.